

Explorando vínculos: Mapeando necessidades dos bairros próximos à FATEC Guaratinguetá

*Exploring links: Mapping the needs of the neighborhoods near
FATEC Guaratinguetá*

*Explorando vínculos: Mapa de las necesidades de los barrios
cercanos a FATEC Guaratinguetá*

Erik dos Santos Osório da Silva¹

erik.silva32@fatec.sp.gov.br

Janaína Batista Colombo²

colombojanaina@gmail.com

Rosinei Batista Ribeiro³

rosinei1971@gmail.com

Caio Fernando da Silva⁴

nandosilvapqt@gmail.com

1, 2 – Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo, Unidade de Guaratinguetá, SP
3 – Unidade Pós graduação, Extensão e Pesquisa - Centro Estadual de Educação Tecnológica
Paula Souza - UPEP CEETEPS
4 – Centro Universitário Teresa D'Ávilla - UNIFATEA

Resumo: A proposta do trabalho, baseia-se no mapeamento das necessidades da comunidade ao entorno da FATEC de Guaratinguetá, SP mediada pela pesquisa e a interação com a curricularização nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. O método de pesquisa realizado foi a revisão bibliográfica, o estudo investigou, de natureza aplicada, objetivo exploratório, abordagens qualitativa e quantitativa, ora a evolução histórica e legislativa da extensão universitária no Brasil. Os resultados apresentaram a participação ativa dos bairros vizinhos nesse processo, destacando a troca de saberes e a aplicação prática do conhecimento acadêmico para promoção do desenvolvimento social, cultural e econômico das comunidades. O curso de Tecnólogo em Gestão Comercial é citado como um exemplo para essa integração, combinando teoria e prática para preparar os alunos de forma inovadora e eficiente para os desafios do setor comercial. O estudo "Explorando Vínculos: Mapeando necessidades dos Bairros Próximos à FATEC Guaratinguetá" ilustrou-se como a extensão universitária a identificar e atender às demandas das comunidades vizinhas, a contribuir não apenas para a formação dos estudantes, mas para o desenvolvimento das áreas próximas à instituição de ensino superior.

Palavras-Chave: *Extensão Universitária; Curricularização; Mercantilização da Educação.*

Resumo: The proposal of the work is based on mapping the needs of the community around FATEC in Guaratinguetá, SP mediated by research and interaction with curricularization in teaching, research and extension activities. The research method used was a bibliographic review. The study investigated, in an applied nature, exploratory objective, qualitative and quantitative approaches, the historical and legislative evolution of university extension in Brazil. The results showed the active participation of neighboring neighborhoods in this process, highlighting the

Recebido
Received
Recibido
04 Dez. 2024

Aceito
Accepted
Aceptado
12 Dez. 2024

Publicado
Published
Publicado
14 Dez. 2024

<https://git.fateczl.edu.br>

e_ISSN
2965-3339

DOI
10.29327/2384439.3.1-8

São Paulo
v. 3 | n. 1
v. 3 | i. 1
e31250
Dezembro
December
Diciembre
2024



exchange of knowledge and the practical application of academic knowledge to promote the social, cultural and economic development of communities. The Technologist in Commercial Management course is cited as an example of this integration, combining theory and practice to prepare students in an innovative and efficient way for the challenges of the commercial sector. The study "Exploring Links: Mapping the needs of Neighborhoods Close to FATEC Guaratinguetá" illustrated how the university extension identified and met the demands of neighboring communities, contributing not only to the training of students, but to the development of areas close to the institution of higher education.

Keywords: *University Extension; Curricularization; Commodification of Education.*

Resumen: La propuesta del trabajo, se basa en el mapa de las necesidades de los barrios cercanos a la universidad FATEC, en Guaratinguetá, SP, mediada por la pesquisa y interacción con la curricularización de las actividades de ensino, pesquisa y extensão. La metodología de pesquisa se realizó con la revisión de la literatura, el estudio investigado, de carácter aplicado, objetivo y exploratorio, abordajes cualitativa y cuantitativa, la evolución histórica y legislativa de la extensión universitaria del Brasil. Los resultados presentan una participación activa de los barrios vecinos en este proceso, destacando la troca del saberes y aplicación práctica de lo conocimiento académico para la promoción del desenvolvimiento social, cultural, y económico de las comunidades. Lo curso de Tecnólogo en Gestal Comercial es citado como un ejemplo para esta integración, combinando la teoría y práctica para preparar alumnos de forma innovadora y eficiente para los desafíos del sector comercial. Lo estudio "Explorando vínculos: Mapa de las necesidades de los barrios cercanos a FATEC Guaratinguetá" ilustra como la extensión universitaria a identificar y atender las demandas de las comunidades vecinas, contribuido no solo apenas para la formación de los estudiantes, pero también, para lo desenvolvimiento de las áreas próximas de la institución del ensino superior.

Palabras clave: *Extensión Universitaria; Curricularización; Mercantilización de la Educación.*

1. INTRODUÇÃO

A busca pelo conhecimento sempre foi uma característica intrínseca ao ser humano, impulsionando-o a explorar a realidade em todas as suas facetas e dimensões. Essa exploração se deu por meio de diferentes abordagens e metodologias de pesquisa, cada uma com seu enfoque e objetivos específicos, moldados pela natureza do objeto de estudo e pela expertise do pesquisador. Essa diversidade de abordagens resultou em uma ampla gama de tipos de pesquisa, cada um contribuindo de maneira única para o avanço do conhecimento em suas respectivas áreas. No contexto deste estudo, optou-se pela pesquisa de revisão bibliográfica como metodologia, uma vez que esta permitiu explorar uma problemática por meio de fontes teóricas já consolidadas em artigos, livros, dissertações e teses previamente publicados. Paralelamente, destacou-se a importância da pesquisa descritiva, especialmente nas áreas das ciências humanas e sociais, ao direcionar seu foco para dados e indagações relevantes, proporcionando uma compreensão mais profunda e detalhada do objeto de estudo.

Além disso, a abordagem qualitativa ganhou relevância ao incorporar elementos da subjetividade humana na análise dos fatos, permitindo uma compreensão mais abrangente e contextualizada do tema em questão. Ao examinar os acontecimentos à luz de perspectivas filosóficas e ideológicas, essa abordagem enriqueceu a análise ao considerar não apenas os aspectos objetivos, mas também as nuances e interpretações subjetivas que permearam a realidade estudada. Dessa forma, este artigo teve como propósito central investigar o papel fundamental da extensão universitária, destacando sua importância na formação acadêmica e na interação entre a universidade e a comunidade. Para tanto, foi realizada uma análise histórica e legislativa, buscando compreender a evolução desse conceito ao longo do tempo e seu impacto na prática acadêmica contemporânea.

No decorrer do texto, foram explorados aspectos como a legislação brasileira relacionada à extensão universitária, a curricularização dessa atividade, as responsabilidades das instituições de ensino superior e a importância da participação ativa dos bairros vizinhos nesse processo. O objetivo foi fornecer uma visão abrangente e crítica sobre o tema, destacando desafios, oportunidades e perspectivas para o futuro da extensão universitária no contexto brasileiro, especialmente em relação aos bairros próximos às instituições de ensino superior.

A extensão universitária foi um dos pilares fundamentais do ensino superior no Brasil, complementando as atividades de ensino e pesquisa. Sua principal função foi estabelecer uma ponte entre a universidade e a sociedade, promovendo a troca de saberes e a aplicação prática do conhecimento acadêmico em prol do desenvolvimento social, cultural e econômico das comunidades. Esse processo foi materializado através de projetos e atividades que envolveram estudantes, professores e membros da comunidade, criando um ambiente de aprendizagem mútua e de contribuição social significativa.

No contexto da Faculdade de Tecnologia de Guaratinguetá (Fatec Guaratinguetá),

a extensão universitária assumiu um papel crucial no fortalecimento dos vínculos com as comunidades locais. Um exemplo notável dessa integração foi o curso de Tecnólogo em Gestão Comercial, que visou formar profissionais capacitados para gerenciar processos comerciais com uma abordagem prática e adaptada às necessidades do mercado. Esse curso se destacou pela combinação de conhecimentos teóricos em gestão com habilidades práticas, preparando os alunos para enfrentar os desafios do setor comercial de maneira inovadora e eficiente.

O estudo "Explorando Vínculos: Mapeando Necessidades dos Bairros Próximos à Fatec Guaratinguetá" ilustrou como a extensão universitária pôde ser utilizada para identificar e atender as demandas das comunidades vizinhas. Nesse relatório de iniciação científica, buscou-se explorar de que maneira a extensão universitária pode contribuir e potencializar a formação dos estudantes do curso de Tecnólogo em Gestão Comercial e os bairros circunvizinhos à Instituição de Ensino.

2. METODOLOGIA

O anseio e a curiosidade inerentes ao ser humano em relação ao conhecimento o conduzem a explorar a realidade em suas diversas facetas e dimensões. Cada investigação ou abordagem adota diferentes níveis de profundidade e perspectivas específicas, de acordo com o objeto de estudo, os objetivos traçados e a expertise do pesquisador. Esta diversidade naturalmente dá origem a uma ampla gama de tipos de pesquisa.

Para este estudo, optou-se pela pesquisa de revisão bibliográfica, que visa explorar uma problemática por meio de fontes teóricas presentes em artigos, livros, dissertações e teses já publicados. Concomitantemente, a pesquisa descritiva ganha destaque nas áreas das ciências humanas e sociais, direcionando seu foco a dados e indagações relevantes. Além disso, a abordagem e a análise qualitativa incorporam elementos da subjetividade humana, ao examinar os fatos à luz de perspectivas filosóficas e ideológicas que transcendem sua própria essência.

A revisão da literatura, por sua vez, engloba a condução de uma pesquisa bibliográfica cujo objetivo é identificar, localizar, examinar, analisar e registrar os pontos cruciais presentes na literatura especializada relacionada à questão delimitada (Cervo, 2007).

3. DESENVOLVIMENTO

Para compreender o termo e a função da extensão universitária, é necessário revisar a legislação ao longo do tempo. As primeiras ações de extensão no Brasil ocorreram entre 1911 e 1917, promovidas pela Universidade Passageira de São Paulo, que oferecia palestras abertas ao público gratuitamente (SESU/MEC, 2005). Em 1931, o Estatuto das Universidades Brasileiras, promulgado pelo Decreto-Lei 19.851 de 11 de abril de 1931, definiu no Art. 42 que a extensão

universitária seria efetivada por meio de conferências de caráter educacional e, no Art. 99, que a extensão seria uma organização fundamental da vida social universitária (BRASIL, 1931).

Em 1961, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB nº 4.024) mencionou a extensão universitária no Art. 69, limitando-a a cursos e conferências. O Decreto-Lei nº 252/1967, no Art. 10, estabeleceu que a universidade deveria distribuir à sociedade o conhecimento produzido internamente. Este decreto concedeu autonomia às universidades para decidirem sobre cursos e serviços de extensão, utilizando recursos disponíveis para seu desenvolvimento, conforme o Art. 1º do Decreto-Lei nº 53 de 18 de novembro de 1966. A LDB nº 5.540/1968, no Art. 20, reforçou essas determinações, afirmando que cabe à universidade distribuir o conhecimento produzido para a comunidade.

A Constituição de 1988, no Art. 207, determinou que as instituições devem cumprir o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A LDB nº 9.394/1996, no Art. 43, inciso VI, estabelece que a finalidade da educação superior é abordar problemas atuais, especialmente nacionais e regionais, auxiliar a comunidade com serviços especializados e criar uma relação de reciprocidade. No inciso VII, determina que a extensão deve possibilitar a presença da população para compartilhar os benefícios da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica, ainda sob a forma de cursos e serviços de extensão, conforme o Art. 44, inciso IV. O Art. 77, parágrafo 2º, menciona que as atividades universitárias de pesquisa e extensão podem receber apoio financeiro do Poder Público, inclusive por meio de bolsas de estudos.

O Congresso Nacional aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE) pela Lei nº 10.172/2001, que incluiu metas e objetivos para a extensão universitária no período de 2001-2010. Embora a extensão tenha obtido notoriedade legal desde a Lei nº 9.394/1996, ela ainda não está plenamente integrada nos planos de desenvolvimento das instituições de ensino superior, especialmente nas faculdades. A Lei nº 11.892/2008 atribuiu responsabilidades de extensão aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. A Lei nº 13.005/2014, que estabeleceu o PNE 2014-2024, determinou que, no mínimo, 10% dos créditos curriculares dos cursos de graduação sejam destinados a programas e projetos de extensão, priorizando áreas de grande relevância social.

A curricularização da extensão, prevista no PNE, foi regulamentada pela Resolução nº 7 MEC/CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018. Esta Resolução estabelece que as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% da carga horária curricular dos cursos de graduação e fazer parte da matriz curricular. Também instrui o INEP a considerar, para a autorização e reconhecimento de cursos, o cumprimento dos 10% de carga horária mínima dedicada à extensão, a articulação entre atividades de extensão, ensino e pesquisa, e a qualificação dos docentes responsáveis pela orientação dessas atividades.

O processo de compreensão da curricularização passa pelo princípio indissociável entre ensino, pesquisa e extensão, conforme o art. 207 da Constituição de 1988,

que determina: “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Somente com um currículo flexível é possível atender ao estabelecido no Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2014-2024, que prevê, na meta 12.7: “assegurar, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária”, processo denominado curricularização.

Diante dessas circunstâncias, Gonçalves (2016) revela a existência de dois caminhos para que ocorra o processo institucional dentro do espectro acadêmico: um relacionado com as atividades de extensão, que contemplam o princípio da indissociabilidade, e o outro, como prática acadêmica voltada para os princípios filosóficos, políticos e metodológicos.

Existe o risco de que determinadas Instituições de Ensino Superior (IES) criem uma disciplina não obrigatória como atividade complementar, o que não contempla o princípio indissociável, já que tal prática já existe e discentes bolsistas participam de ações extensionistas recebendo uma Certificação que serve como atividade complementar (Nogueira, 2000). Uma maneira de abordar isso é criar uma disciplina obrigatória sobre extensão ou uma disciplina diferenciada com "projetos especiais", cujo objetivo seja dar visibilidade à extensão universitária, contribuindo para a formação acadêmica do aluno com a inserção do princípio indissociável. Fora desse padrão, não há curricularização, na visão de Gonçalves (2016).

Imperatore (2015) é enfática ao afirmar que cabe às Instituições de Ensino Superior (IES) assegurar a função acadêmica às suas atividades extensionistas, enriquecendo o processo formador dos discentes. Para isso, será necessário superar entraves e dificuldades, tais como “a mercadorização da educação; o academicismo e o autoritarismo da universidade, a imprecisão teórico-conceitual e metodológica, a deficiente formação docente em Extensão, a gestão empresarial da Extensão e os potenciais impactos” (Imperatore; Pedde, 2015, p.07).

Diante desse quadro, percebe-se que ainda falta conhecimento sobre o real papel da extensão no currículo das instituições de ensino, do Plano Nacional de Extensão e das transformações no conceito extensionista, o que pode dificultar o processo de curricularização.

Entre os gestores, o conceito extensionista ainda não foi bem aceito e compreendido, e o trabalho fica restrito a atividades de caráter assistencialista ou simplesmente prestação de serviços, o que pressupõe uma visão ultrapassada do potencial da extensão universitária (Souza, 2019).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 A importância da participação dos bairros vizinhos no processo de curricularização

A inclusão da extensão universitária como parte integrante da estrutura

curricular dos cursos de graduação possui respaldo legal no Art. 207 da Constituição Federal de 1988 e no Art. 43 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n. 9394/1996. Essas disposições destacam a formação integral dos acadêmicos, a interação com a comunidade e o compromisso com a resolução de problemas sociais. A promulgação da Lei Federal n. 13005/2014 tornou obrigatória a curricularização da extensão universitária, influenciando diretamente o reconhecimento dos cursos de graduação. Esse processo visa consolidar o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, mediado pela gestão acadêmica.

Nesse contexto, a participação dos bairros adjacentes à universidade é de suma importância para o êxito das atividades de extensão. Tal integração permite que os projetos de extensão universitária sejam contextualizados e atendam às reais necessidades da comunidade. A interação contínua com a comunidade local favorece a troca de saberes, proporcionando uma aprendizagem mútua e significativa. Santos (2019) discute a interculturalidade didática, ressaltando a combinação de processos individuais e coletivos, orais e escritos, bem como a importância do trabalho de tradução para fortalecer lutas sociais.

Ao considerar o exposto, utilizou-se a ferramenta Google Earth para a identificação dos bairros circunvizinhos à Fatec Guaratinguetá. Essa ação foi importante para mapear e compreender a distribuição demográfica e territorial dos bairros, o que é essencial para a formulação de estratégias de extensão que realmente atendam às demandas locais.

A Instituição de Ensino Superior, Fatec – Guaratinguetá, está localizada em uma região que faz divisa com os bairros Jardim do Sol e Jardim Esperança, figura 1. Considerando a proximidade geográfica e a potencial influência mútua entre a instituição e essas comunidades, optou-se por desenvolver estudos de “sondagem” focados nesses bairros. Esses estudos têm como objetivo principal levantar e analisar dados demográficos, socioeconômicos e culturais específicos dessas áreas, Figura 1.

Figura 1: Delimitação dos bairros vizinhos a FATEC – Guaratinguetá, SP.

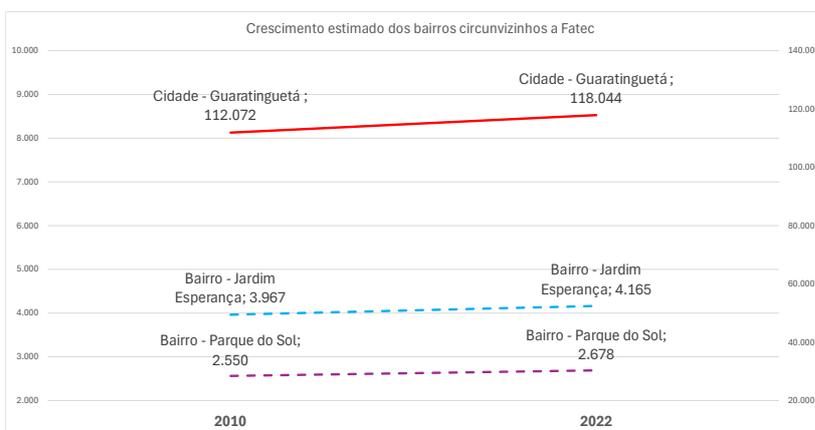


Fonte: Google, 2024

Ao buscar dados sobre a população desses bairros para uma pesquisa realizada em 2024, foi encontrado um problema: os dados disponíveis referiam-se ao ano de 2010, o que significava uma defasagem de 14 anos em relação ao ano da pesquisa.

Para resolver esse questão, foi realizada uma estimativa com a ajuda do Professor Eduardo, utilizando os dados do censo de 2022 para Guaratinguetá. Observou-se uma taxa de crescimento de 5% no período e, assumindo que essa taxa se aplicava igualmente aos bairros próximos à Fatec, foi realizado o ajuste a população desses bairros de acordo com essa taxa de crescimento, Figura 2.

Figura 2: Estimativa de crescimento dos bairros vizinhos a FATEC – Guaratinguetá, SP.



Fonte: IBGE, 2024

O crescimento estimado da população da cidade de Guaratinguetá e dos dois bairros circunvizinhos à Fatec, Jardim Esperança e Parque do Sol, entre os anos de 2010 e 2022.

A taxa de crescimento da população tanto na cidade de Guaratinguetá quanto nos bairros Jardim Esperança e Parque do Sol é relativamente baixa, em torno de 5% ao longo de 12 anos. Isso sugere uma expansão populacional moderada, que pode estar associada a fatores como estabilidade econômica, políticas de controle populacional, ou uma taxa de natalidade equilibrada.

O crescimento populacional relativamente uniforme entre a cidade e os bairros indica um desenvolvimento urbano que pode estar sendo bem distribuído. A ausência de disparidades significativas sugere que os bairros circunvizinhos à Fatec estão acompanhando o desenvolvimento demográfico da cidade como um todo.

4.2 Interação universidade-comunidade

A proximidade e a integração entre a Fatec e os bairros circunvizinhos são facilitadas por um crescimento populacional que mantém um equilíbrio. Isso permite à universidade planejar e executar projetos de extensão que realmente atendam às necessidades da comunidade, sem enfrentar grandes pressões de superpopulação.

4.3 Impacto Social

O crescimento populacional, embora moderado, ainda impõe desafios e demandas sociais que podem ser abordadas através de projetos de extensão universitária. Questões como infraestrutura urbana, saúde pública, educação e oportunidades de emprego podem ser alvos desses projetos, proporcionando benefícios mútuos para a universidade e a comunidade.

Isso posto, o gráfico indica um crescimento populacional moderado e uniforme tanto na cidade de Guaratinguetá quanto nos bairros Jardim Esperança e Parque do Sol. Esse cenário oferece uma base sólida para a implementação de atividades de extensão universitária que sejam eficazes e alinhadas com as necessidades da comunidade local, promovendo uma interação benéfica e contínua entre a universidade e os bairros vizinhos.

Para envolver o curso de Gestão Comercial em ações de extensão universitária alinhadas com as necessidades da comunidade local em Guaratinguetá, especialmente nos bairros Jardim Esperança e Parque do Sol, aqui estão algumas sugestões:

Programa de Capacitação Empresarial: Desenvolver workshops e cursos de capacitação para empreendedores locais, abordando temas relevantes para a gestão de negócios, como marketing, finanças, gestão de estoque e atendimento ao cliente.

Consultoria Empresarial: Oferecer serviços de consultoria gratuita para pequenas empresas nos bairros, auxiliando-os na resolução de problemas específicos e no desenvolvimento de estratégias de crescimento.

Feiras e Eventos de Empreendedorismo: Organizar feiras e eventos de empreendedorismo que envolvam a comunidade local, permitindo que os alunos do curso apresentem projetos, produtos ou serviços, além de proporcionar networking e oportunidades de negócios.

Projeto de Incubadora de Negócios: Criar uma incubadora de negócios que ofereça suporte e orientação para startups e empreendedores iniciantes nos bairros, incentivando a inovação e o desenvolvimento de novos negócios na região.

Estudos de Mercado e Pesquisa de Consumidores: Realizar estudos de mercado e pesquisas de consumo para entender as necessidades e preferências dos moradores dos bairros, ajudando as empresas locais a ajustarem suas estratégias de acordo com o perfil do público-alvo.

Programa de Educação Financeira: Promover programas de educação financeira para a população local, incluindo palestras, workshops e material informativo sobre planejamento financeiro pessoal e gestão de recursos.

Campanhas de Marketing Social: Desenvolver campanhas de marketing social em parceria com empresas locais, focadas em causas sociais relevantes para a comunidade, como sustentabilidade, inclusão social ou educação.

Parcerias com ONGs e Entidades Locais: Estabelecer parcerias com organizações não governamentais (ONGs), associações de moradores e outras entidades locais para identificar necessidades específicas da comunidade e desenvolver projetos conjuntos de impacto social. Acredita-se que essas ações possam não apenas fortalecer o vínculo

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada neste estudo evidenciou a importância da extensão universitária como um componente fundamental da educação superior no Brasil, conforme delineado por uma série de marcos legislativos e regulamentares. Desde as primeiras iniciativas de extensão, iniciadas entre 1911 e 1917 pela Universidade Passageira de São Paulo, até as mais recentes diretrizes estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, o papel da extensão universitária foi continuamente reforçado e expandido. A legislação, como o Decreto-Lei de 1931, a Constituição de 1988 e as diversas Leis de Diretrizes e Bases da Educação (LDBs), consolidou a extensão universitária como uma atividade indissociável do ensino e da pesquisa. Essa indissociabilidade foi essencial para a promoção de um conhecimento que não apenas se criou e se transmitiu, mas também se aplicou e se disseminou na sociedade. O desafio na época residia na efetiva integração da extensão universitária nos currículos dos cursos superiores, conforme estipulado pela Resolução nº 7 MEC/CNE/CES de 2018.

No entanto, apesar dos avanços normativos, a plena implementação da curricularização da extensão enfrentou diversos obstáculos. Entre esses desafios estavam a resistência cultural e institucional dentro das Instituições de Ensino Superior (IES), a mercantilização da educação e a necessidade de formação específica para docentes em extensão. Superar esses obstáculos exigiu um esforço conjunto das IES para criar ambientes propícios ao desenvolvimento de atividades extensionistas que não apenas complementaram a formação acadêmica dos discentes, mas também atenderam às demandas sociais e regionais.

Nesse contexto, é crucial que as IES reconheçam e incorporem as atividades de extensão como parte integrante e obrigatória do currículo, evitando a criação de disciplinas complementares que não reflitam o verdadeiro espírito da extensão universitária.

A participação dos bairros vizinhos no processo de curricularização da extensão é crucial para garantir a contextualização e relevância das atividades extensionistas. A identificação e análise demográfica desses bairros, como ilustrado no estudo de caso da Fatec Guaratinguetá, são passos fundamentais para o planejamento e execução de projetos de extensão que atendam efetivamente às necessidades locais. As sugestões propostas para envolver o curso de Gestão Comercial em ações de extensão alinhadas com os bairros vizinhos apresentam estratégias práticas e impactantes. Desde programas de capacitação empresarial até campanhas de marketing social, essas ações visam não apenas fortalecer o vínculo entre a universidade e a comunidade, mas

também contribuir para o desenvolvimento econômico e social dessas áreas. Portanto, considera-se que a integração efetiva da extensão universitária na estrutura curricular, aliada à participação ativa dos bairros vizinhos, é essencial para promover uma educação mais contextualizada, significativa e comprometida com o desenvolvimento local e social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 abril 2024.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto-Lei nº 19.851, de 11 de abril de 1931. Estatuto das Universidades Brasileiras. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 13 abr. 1931. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del19851.htm. Acesso em: 11 abril 2024.

BRASIL. Decreto-Lei nº 252, de 28 de fevereiro de 1967. Modifica a organização e o funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1 mar. 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0252.htm. Acesso em: 11 abril 2024.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9394/1996. Brasília, DF: Senado Federal, 1996.

BRASIL. Lei Federal 13005/2014. Brasília, DF: Senado Federal, 2014.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 jan. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em: 16 abril 2024.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 30 dez. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 16 abril 2024.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 16 abril 2024.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 27 dez. 1961.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm. Acesso em: 11 abril 2024.

BRASIL. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Modifica o ensino superior no Brasil e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 29 nov. 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5540.htm. Acesso em: 16 abril 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 16 abril 2024.

BRASIL. Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Superior, 2018.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. Metodologia Científica. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

FREIRE, P. A Importância do Ato de Ler. São Paulo: Cortez, 1983.

GONÇALVES, E. A. Curricularização da extensão universitária: uma proposta de implantação na universidade brasileira. Revista Brasileira de Extensão Universitária, v. 8, n. 1, p. 39-53, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revextensao/article/view/36379>. Acesso em: 30 março 2024.

IMPERATORE, T.; PEDDE, M. L. Extensão universitária: desafios e possibilidades. São Paulo: Editora Universitária, 2015. Disponível em: <https://www.editorauc.com.br/obra/extensao-universitaria-desafios-e-possibilidades/>. Acesso em: 5 abril 2024.

NOGUEIRA, R. L. A curricularização da extensão no ensino superior. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 20., 2000, Brasília. Anais... Brasília: SESU/MEC, 2000. p. 123-134. Disponível em: https://www.mec.gov.br/seminario_extensao/anais_2000.pdf. Acesso em: 05 abril 2024.

RESOLUÇÃO nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as diretrizes para a curricularização da extensão na educação superior brasileira. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 19 dez. 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=100280-resolucao-7-18dez18-pdf&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 06 abril 2024.

SANTOS, B. S. Interculturalidade e Educação. São Paulo: Cortez, 2019.

SESU/MEC. Histórico das ações de extensão universitária no Brasil. Brasília: Secretaria de Educação Superior, Ministério da Educação, 2005. Disponível em: https://www.mec.gov.br/historico_extensao.pdf. Acesso em: 01 abril 2024.

SOUZA, A. Extensão universitária e seu impacto social: uma análise contemporânea. Revista de Políticas Públicas, v. 23, n. 3, p. 101-120, 2019. Disponível em: <https://www.revistadepoliticaspUBLICAS.com.br/artigo/extensao-universitaria-e-seu-impacto-social>. Acesso em 01 abril 2024.